



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

MULHER E O DESPERTAR PARA A POLÍTICA DO COTIDIANO
Professora Grazielly Alessandra Baggenstoss

MULHER E O DESPERTAR PARA A POLÍTICA DO COTIDIANO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Deputado Mauro de Nadal

1º Vice-Presidente: Nilso Berlanda
2º Vice-Presidente: Kennedy Nunes
1º Secretário: Ricardo Alba
2º Secretário: Rodrigo Minotto
3º Secretário: Padre Pedro Baldissera
4º Secretário: Laércio Schuster

Presidente da Escola do Legislativo
Deputada Marlene Fengler

Coordenadora da Escola do Legislativo
Adeliana Dal Pont

PROJETO DA EQUIPE GESTORA DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

Alciléa Medeiros Cardoso: Assessoria Pedagógica
Aline Covolo Ravara: Qualificação Profissional
José Motta P. Filho: Secretaria Acadêmica
Juliana E. Bassetti: Comunicação
Laura J. Andrade Correa: Pesquisa e Produção do Conhecimento
Lyvia Mendes Correa: Ensino a Distância
Paulo Wilpert: Formação Política
Rubia Esbrólio: Políticas Públicas e Inclusão

EQUIPE ENVOLVIDA NA FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

Paulo C. Wilpert: organização, produção e articulação
Marianne dos Santos: organização e produção
Alciléa M. Cardoso: assessoria pedagógica e técnica
Aline C. Ravara: produção, mediação e apresentação
Laura Correa: organização do material didático e apoio à mediação
Juliana E. Bassetti: material para divulgação
José Motta P. Filho: secretaria e apoio técnico
Lyvia Mendes Correa: produção e apoio técnico
Ana Carolina E. Garcia: secretaria
Marina S. de Assis: secretaria
Hedymara Bombassaro: apoio técnico
Mariana B. Teodosio: apoio a organização
Maria Eduarda W. Lemes: capa do material
Ângela Bez: revisão textual

Elaboração do conteúdo ministrado e do material didático
Profª Doutora Grazielly Alessandra Baggenstoss

SUMÁRIO

1. POLÍTICA DO COTIDIANO	3
2. DESPERTAR: POLÍTICA DO COTIDIANO E AS MULHERES	4
3. POLÍTICA NA VISÃO DAS AUTORAS HANNAH ARENDT, CHANTAL MOUFFE E SUELY ROLNIK	4
4. CONSIDERAÇÕES E CONEXÕES	15
5. SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO	16
PENSANDO JUNTAS	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18
SOBRE A AUTORA	20

MULHER E O DESPERTAR PARA A POLÍTICA DO COTIDIANO
Profª Doutora Grazielly Alessandra Baggenstoss

1. POLÍTICA DO COTIDIANO

Para compreendermos a Política do Cotidiano, é necessário passarmos pelos conceitos de Política, suas dimensões e possibilidades. Aqui, acompanham-nos as questões sobre *como fazer política e quais as possibilidades nas ações políticas*. Para isso, vamos articular as ideias de algumas autoras que estudaram e estudam esse campo de pesquisa, especialmente Hannah Arendt, Chantall Mouffe e Suely Rolnik.

A partir desse panorama, teremos uma compreensão sobre Política para podermos refletir a Política do Cotidiano. Para tanto, para perceber a política cotidiana, é necessário perceber a vida em movimento: nossa historicidade, as intersubjetividades e padrões relacionais, associando, de forma conexa, Política de Estado e Política de Governo. Aí, revelam-se as concepções de Macropolíticas e Micropolíticas que, respectivamente, visam a promover efeitos nas instituições sociais e políticas e a fomentar a potência de criatividade e de alegria de vida.

Refletir sobre a Política do Cotidiano é pensar sobre a trama relacional de ética, política e direito que nos atravessa, diariamente, e que nos aloca em determinados espaços públicos e sociais.

O pessoal, assim, é também político - e vice-versa. No movimento político de mulheres, ainda, ver-se-á o óbvio, mas urgente: não bastam números; é necessário qualidade, compromisso com as vidas e responsabilidade coletiva.

2. DESPERTAR: POLÍTICA DO COTIDIANO E AS MULHERES

São desenvolvidos debates sobre o entendimento da Política no nosso dia a dia e suas dimensões macro e micro, pretendendo apresentar a compreensão das ações e das interações humanas em sua vinculação entre produção de sentidos de vida e cristalização de instituições, como o Estado. Para tanto, são trazidas autoras que articulam tais conceitos, bem como autoras que escrevem sobre os Movimentos das Mulheres.

3. POLÍTICA NA VISÃO DAS AUTORAS HANNAH ARENDT, CHANTAL MOUFFE E SUELY ROLNIK

As questões que nos acompanham - *como fazer política e quais as possibilidades nas ações políticas* - são desbravadas com o exercício dos limites do que podemos compreender como política, quais seriam as possíveis dimensões de se fazer política e qual o enviesamento ético para fazer política responsável. Para tanto, dialogam-se com Hannah Arendt, Chantal Mouffe e Suely Rolnik, para a reflexão sobre a elasticidade da política; e com Céli Pinto e João Manuel de Oliveira, para se pensar movimentos das mulheres e sombras dos feminismos, visando a um movimento de vida, e não de exclusão.

A Política, em Hannah Arendt

Para Hannah Arendt, a Política é considerada ação em conjunto, o que pressupõe o estabelecimento de relações e as possibilidades (liberdades) para ação. A Política, assim, pertence à condição plural do homem e é um fim em si mesma, ou seja, não se pretenderia, com a política, pensar em como protegemos a vida, mas a política, seria, em si, uma forma de proteção da vida (ARENDR, 2006).

Diante disso, a política não é domínio, com a distinção entre governantes e governados, nem pode representar violência, mas é o exercício de liberdade verificado entre as pessoas (ARENDR, 2006). Como um fim em si mesma, a Política, enquanto um conjunto de ações pautadas pela liberdade entre as pessoas, produzidas por uma série de compreensões da vida, que cristalizam as instituições sociais e estatais. Assim, a reflexão trazida é que "as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; petrificam e decaem quando o poder vivo do povo cessa de lhes sustentar" (ARENDR, 2004b, p.120). Entre as concepções de ação política e a liberdade de agir, reflete-se *"como se toda ação estivesse dividida em duas partes: o começo, feito por uma só pessoa, e a realização, à qual muitos aderem para <<conduzir>>, <<acabar>>, levar a cabo o empreendimento."* (ARENDR, 2005, p. 202). Da Política, para Hannah Arendt, portanto, há a possibilidade, enquanto uma condição humana, de agir, de criar algo novo (ou repetir?), fazendo surgir alguma novidade (quais os limites), e de intersubjetividade, visto que a política não se produz no isolamento. Segunda Hannah Arendt, ainda, a Política é uma ação em conjunto, pensada entre iguais. Aí se questionam quem são as pessoas "iguais" com possibilidades de ações políticas. Arendt articula a ideia de complementariedade entre as dimensões agonística e consensualista, o que significa o reconhecimento do outro enquanto adversário e a necessidade de, na ação política, chegar-se a um consenso. Nesse ponto sobre o consenso, discorda a autora Chantal Mouffe, pois defende que o campo político deve prever, pois é condição humana, a compreensão de dissenso, como se vê a seguir.

A Política Agonista de Chantal Mouffe

No texto "Sobre o Político" (2015), Chantal Mouffe distingue o que entender como "a política" e uma possibilidade de se entender "o político". A Política seria compreendida como a organização institucional do Estado e das instituições representativas, tais como partidos políticos, sindicatos, instituições religiosas, associações profissionais, entre outras. O Político, por sua vez, representaria a dimensão plural da sociedade, que apresenta uma multiplicidade de ocorrências conflituosas e de relações de dominação-opressão. Nesse contexto, é em tal plano que se evidenciam as lutas por direitos, liberdade, igualdade, em determinados campos sociais (MOUFFE, 2015).

Na Política, Mouffe reflete sobre as relações humanas e, identificando a condição diversa dos humanos e a condição plural das relações sociais, sustenta a importância de se reconhecer a relevância do dissenso em uma democracia. Esse dissenso em uma sociedade democrática é chamado, pela Autora, de "pluralismo agonístico". Assim, a Autora se afasta do paradigma do consenso, que ela denomina genericamente de "modelo de consenso", e defende que o dissenso constitui o próprio fundamento ontológico da vida social.

Reconhecendo as condições de possibilidade de conflitos em determinados lugares do social, Mouffe estabelece as bases para a defesa de sua teoria política, que, ao contrário da perspectiva liberal, sustenta a importância do dissenso numa sociedade democrática. A esse reconhecimento, Mouffe chamou de "pluralismo agonístico". Mouffe defende que

[...] a crença na possibilidade de um consenso racional universal pôs o pensamento democrático no caminho errado. Em lugar de projetar as instituições que, por meio de procedimentos supostamente "imparciais", [que] reconciliariam todos os interesses e valores contraditórios, a tarefa dos teóricos e políticos democráticos deve ser a imaginar a criação de uma vibrante esfera pública "agonística" de contestação, na qual diferentes projetos políticos hegemônicos possam se confrontar. Essa é, do meu ponto de vista, a condição *sine qua non* de um efetivo exercício da democracia. Fala-se muito hoje em "diálogo" e "deliberação", mas qual o significado de tais palavras no campo político se não existe nenhuma escolha real ao nosso alcance e se os participantes do debate não são capazes de decidir entre alternativas claramente diferenciadas? (2015, p. 3)

Assim, traça uma interessante diferença relacional na esfera política: o agonismo e o antagonismo: este caracterizar-se-ia como uma relação "nós/eles" em que esses dois polos seriam inimigos, sem nenhum compartilhamento de valores; o agonismo, de outro modo, consistir-se-ia na relação "nós/eles" em que as partes não são inimigas, mas reconhecidamente adversárias, com o reconhecimento de sua legitimidade no campo político e da admissão de que pode não existir qualquer solução racional para o seu conflito. E explica que, contrariamente ao que alguns políticos discursam:

[...] o que testemunhamos atualmente não é o desaparecimento da dimensão antagonista do político, mas algo diferente. O que acontece é que hoje em dia o político é jogado para a esfera moral. Em outras palavras, ele ainda consiste em uma dicotomia nós-eles, o nós-eles agora é estabelecido em termos morais. No lugar do conflito entre "direita e esquerda", vemo-nos diante do conflito entre "certo e errado". Meu argumento é que, quando não existem canais disponíveis por meio dos quais os conflitos poderiam assumir uma forma 'agonística', eles tendem a surgir de maneira antagonista.

Ora, quando, em vez de ser formulado como um confronto político entre adversários, o confronto nós-eles é visto como um confronto moral entre o bem e o moral, o oponente só poder ser percebido como um inimigo a ser destruído, e isso não favorece um tratamento agonístico (2015, p. 5).

Mouffe assevera que os conflitos existentes entre direita e esquerda sejam imprescindíveis para a construção de possibilidades de participação política das cidadãs e cidadãos. Isso porque, sem um espaço saudável de conflito e sem formas democráticas de participação política, há espaço para aparecimento de falas extremistas que misturam o campo político com o campo da esfera moral, colocando em risco a própria democracia (MOUFFE, 1996).

Para impedir o risco à democracia, Mouffe propõe uma postura política de impedimento da lógica adversarial e, para tanto, reflete sobre a transformação das estruturas de poder, por meio de práticas que deem conta da diversidade no meio social e que seja formado um compromisso suficiente para combater práticas opressoras, caracterizadas como a anulação da vida, em sua pluralidade.

Nesse sentido, informa a relevância dos movimentos sociais, como representantes da esfera social e necessários à democracia, e, especialmente, dos movimentos das mulheres (MOUFFE, 1996). São diversos os movimentos das mulheres que se voltam para a ação política. Para tanto, Mouffe ressalta que os movimentos das mulheres devem apresentar um perfil agonístico, ou seja, manter a diversidade de vozes e de identidades existentes dentro dos próprios movimentos. Nesse sentido, por exemplo, com relação aos feminismos:

A diversidade e pluralidade de posicionamentos foram recebidos pelo feminismo, assim como os inevitáveis conflitos daí advindos, tornando-os não só valorizados no jogo democrático em que se busca garantir a liberdade e igualdade, como também traduzidos como potencialidade para ampliar a ação política democrática. A atuação política das mobilizações feministas, cujas identidades políticas fluidas são constantes na articulação de demandas, nos convence como forma de aplicação do modelo de democracia radical e plural de Chantal Mouffe nos casos concretos. De fato, mulheres indígenas, negras, rurais e urbanas protagonizaram, em vários momentos da história de lutas políticas, ações de resistência e enfrentamento contra práticas antidemocráticas que colocavam em risco toda a sociedade, confirmando, assim, a potencialidade de um feminismo agonístico (ROCHA, 2020)¹.

¹ Um caso que exemplifica tal potencialidade do feminismo agonístico, ao adotar práticas de articulação como estratégia de lutas democráticas, se refere à construção do processo participativo protagonizado pelas mulheres sindicalistas e trabalhadoras rurais em nosso País. Abarcando uma diversidade de identidades – agricultoras, extrativistas, quilombolas, pescadoras, dentre outras – as “mulheres trabalhadoras rurais” se voltaram para a construção de bases de lutas e reivindicações unificadas como forma de garantir a inclusão e representatividade de uma pluralidade de identidades e posições de sujeito. Essa diversidade fez parte da composição da Marcha das Margaridas, que buscou incluir lutas e

É importante destacar que os movimentos sociais das mulheres não necessariamente se caracterizam como "movimentos feministas", considerando a restrição de possibilidades que muitas vertentes dos movimentos impõem, impossibilitando o acesso e a contemplação de outras mulheres em suas pautas. Para tanto, é preciso superar a ideia de estabilidade do sujeito universal dos movimentos das mulheres (ao pensar quem é a mulher que acessa a esfera política) e a lógica quantitativa do feminismo liberal.

As Dimensões da Política de Suely Rolnik

A Suely Rolnik nos dá um acesso às dimensões das possibilidades da política em um sentido interessante, por refletir as formas cristalizadas de se fazer política dentro das instituições e por, também, contemplar o fazer política fora desses espaços. Assim, defende que a complexidade do campo social pode ser percebida por cenários macropolíticos e micropolíticos.

A macropolítica é entendida como as ações realizadas dentro de um espaço institucional, em que as pretensões são voltadas a um combate contra as falhas de um sistema (social, jurídico, estatal, etc), a fim de que direitos sejam reconhecidos dentro dessa própria estrutura. Já a micropolítica contemplará, diariamente, "a afirmação de um outro direito que engloba todos os demais: o direito de existir ou, mais precisamente, o direito à vida em sua essência de potência criadora" (ROLNIK, 2018, p. 24).

Ainda, para pensar a política, nos sentidos micro e macro, Rolnik associa inexoravelmente a compreensão de subjetividade e de processos de subjetivação.

A subjetividade é "essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas experiências particulares" (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 33). É entendida como um conjunto complexo de sentidos conferido de modo "industrial, maquínica", pois é "essencialmente fabricada, modelada, recebida, consumida". Assim, por exemplo: "um certo jeito de utilizar a linguagem, de se articular ao modo de semiotização coletiva (sobretudo a mídia); uma relação com o universo das tomadas elétrica, nas quais se pode ser eletrocutado; uma relação com o universo de circulação da cidade" (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 34).

reivindicações em suas pautas como forma de ampliar o alcance do movimento, assim como fortalecer o sentimento de pertencimento coletivo e de inclusão (ROCHA, 2020).

Na experiência da subjetividade, há uma oscilação entre dois extremos: (a) uma relação de alienação e opressão, em que há a submissão do indivíduo à subjetividade tal como a recebe; e (b) uma relação de expressão e de criação (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 32). É nesse pêndulo que podemos pensar as potências dos corpos, dentro dos espaços institucionais, as quais estão associadas às forças e a poderes.

Assim, defende que as forças sociais que administram o nosso sistema social atuam no processo de subjetividade, de forma a moldá-las, funcionando não "[...] apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo de se articular como tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas" (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 26).

Na associação entre ação, que é pensada a partir dos processos de subjetivação, Rolnik defende que há a complementação entre ações macropolíticas e ações micropolíticas e assevera que, se atuarmos somente em um campo macropolítico, ocorre a neutralização das potencialidades subjetivas, impedindo as potências, as possibilidades de vida. Logo, "fica evidente que não basta agir na esfera macropolítica, sobretudo as institucionais - isso explicaria inclusive a sua impotência face aos rumos atuais do regime colonial-capitalístico" (ROLNIK, 2018, p. 33). Por isso, ao se reconhecer que a fonte de força do sistema não é somente econômica, mas também cultural e subjetiva, deve-se refletir sobre os sentidos de um sistema que atua em detrimento da vida e combatê-los.

FORMAÇÃO POLÍTICA PARA MULHERES

PONTOS DE DIFERENCIAÇÃO	MACROPOLÍTICA	MICROPOLÍTICA
FOCO	a desigualdade na distribuição de direitos	ir contra o abuso perverso da força vital
AGENTES	pessoas ocupantes das posições subalternas na trama social	humanos e não humanos
O QUE MOVE	vontade de denunciar em palavras e ações as injustiças próprias à distribuição de direitos nas formas de mundo vigentes <ul style="list-style-type: none"> - informações e explicações - mobilizem e conscientizem a sociedade - identificação com as questões abordadas 	<ul style="list-style-type: none"> - perseveração da vida - anúncio de novos mundos - processos de experimentação
INTENÇÃO	o empoderamento do sujeito <ul style="list-style-type: none"> - libertar-se da opressão política, da exploração econômica e da exclusão social - sair do silenciamento e da invisibilização - ocupar afirmativamente um lugar de fala dignamente ouvida - ocupar um lugar de existência dignamente reconhecida 	<ul style="list-style-type: none"> - potencializar a vida - pulsão ao desejo - criar algo para se expressar
CRITÉRIO AVALIAÇÃO	DE bússola moral: critérios dos sistemas vigentes	bússola ética: pelos afetos
MODOS OPERAÇÃO	DE pela negação de combate a algo, como "os opressores e as leis que sustentam seu poder em todas suas manifestações na vida individual e coletiva"	combate pela vida em sua essência germinativa
MODOS COOPERAÇÃO	DE construção de movimentos organizados e-ou partidos políticos que se coopera na insurreição macropolítica, cujos agentes se agrupam via reconhecimento identitária	frequências de afeto para a construção do comum

A política que não vemos: a Psicopolítica, com Han

A Psicopolítica pode ser entendida como formas de direcionamento das organizações institucionais e políticas que promovem formas de subjetivação e de orientações a uma determinada lógica de vida. Da Psicopolítica, portanto, é possível compreender como a organização político-social, econômica, jurídica etc. molda formas de compreensão de vida e produz sujeitos.

A Psicopolítica, então, seria manejada por "técnicas de si". A partir disso, Han (2019) alerta para um tipo de psicopolítica que denomina como neoliberal. A Psicopolítica Neoliberal seria um conjunto de técnicas de "dominação que estabiliza e mantém o sistema dominante através da programação e do controle psicológico" (HAN, 2019, p. 106) e representa uma forma de subjetivação em que a pessoa não é só subjugada por uma estrutura social hierarquizante, mas também é exploradora por si mesma.

A exploração de si consiste na ideia de que o sujeito é empreendedor de si e, igualmente, fiscalizador de si mesmo, que, a todo tempo, está se observando para desempenhar determinadas atividades, atingir metas específicas, em uma saga concorrencial consigo mesmo – além da concorrência com o próximo. Nesses termos:

[...] quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso. Aí está a inteligência peculiar do regime neoliberal: não permite que emergja qualquer resistência ao sistema [...]. No regime neoliberal de exploração, a agressão é dirigida contra nós mesmos. Ela não transforma os explorados em revolucionários, mas sim em depressivos (HAN, 2019, p. 16).

Em tal subjetivação, “somos arremessados para fora do plano imanente da vida, na qual a vida se relaciona consigo mesma em vez de se sujeitar a um fim extrínseco” (HAN, 2019, p. 17). Há um descolamento psíquico da realidade no tempo e no espaço e a pessoa ocupa-se de acreditar que seus objetivos serão atingidos somente pelo próprio mérito, como se não houvesse estrutura social ou interação hierárquica entre as pessoas. O ócio, tomado pelo capital, imputa ao sujeito a necessidade de se qualificar em seu tempo de lazer. Aí é que o “regime neoliberal introduz uma era do esgotamento [...] Por isso, esta nova era é acompanhada de doenças mentais, como a depressão ou o burnout” (HAN, 2019, p. 46). Os meios de exploração, para isso, são os mais diversos:

Inúmeros workshops de gestão pessoal, fim de semana motivacionais, seminários de desenvolvimento pessoal e treinamentos de inteligência emocional prometem a otimização pessoal e o aumento da eficiência sem limites. As pessoas são controladas pela técnica de dominação neoliberal que visa explorar não apenas a jornada de trabalho, mas a pessoa por completo, a atenção total, e até a própria vida. O ser humano é descoberto e tornado objeto de exploração (HAN, 2019, p. 45).

E essa exigência de otimização pessoal presta-se, somente, ao funcionamento do sistema. Ora, “bloqueios, debilidades e erros devem ser removidos terapêuticamente para melhorar a eficiência e o desempenho”, de modo que “tudo é comparável, mensurável e está sujeito à lógica do mercado” (HAN, 2019, p. 45). Não há atenção dirigida às condições de vida da pessoa: a necessidade dessa exigência “[...] resulta apenas de coerções sistêmicas a partir da lógica do sucesso mercantil quantificável” (HAN, 2019, p. 45).

A reflexão, portanto, sobre políticas, em sua macro e micro concepções, revela a urgência de também se pensar a partir de qual sentido de vida se busca. E isso tem total relevância quando se fala em Movimento das Mulheres, especialmente no Brasil. Aqui, de antemão, destaca-se o alerta a uma psicopolítica neoliberal associada a uma lógica de pretensos movimentos que não investigam as possibilidades de melhoria da organização social, com a desconexão da realidade e a desconsideração sobre o campo político que atravessa todos os corpos.

A polifonia do Movimento das Mulheres no Brasil e a necessidade de criação de espaços não-violentos

Por conta do protagonismo dos homens na escrita da história, os relatos sobre mulheres e sua relevância em nossa historicidade não são facilmente encontrados nos registros dos processos políticos e sociais. Sabe-se, contudo, pela oralidade de diversos grupos sociais, que as mulheres sempre se apresentaram, tanto no campo macro, quanto no campo micropolítico, para lutar por melhores condições de vida. Aí, citamos Dandara dos Palmares, do Quilombo dos Palmares, que liderou e participou de ações libertárias em Alagoas. Outro exemplo é Clara Camarão, que teria lutado contra as invasões holandesas na região da capitania de Pernambuco. Dandara e Clara, após aprovação no Congresso Nacional, passaram a compor o Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria. Ainda, Luísa Mahin teria liderado a Revolta dos Malês, uma das principais revoltas negras de resistência à escravidão em Salvador no início do século XIX - conforme relato do seu filho, o abolicionista Luiz Gama (RODRIGUES, 2020).

Da narrativa dos movimentos das mulheres no Brasil, é importante considerar que há as que se identificam com feminismos, outras não. E os motivos para essa não identificação são vários, dos quais se destacam: a colonialidade da concepção do termo 'feminismos', que é caracterizado por teóricas e movimentos do Norte Global; a restrição das possibilidades de luta política defendida por muitas representantes feministas, limitando a potência política na quantidade de mulheres que podem ascender ao poder, sem fazer reflexões sobre estruturas sociais e estatais limitadoras e mantenedoras de desigualdades sociais; vinculado ao motivo anterior, a violência que muitas mulheres feministas,

que se colocam hierarquicamente como autoridade do movimento, produzem e reproduzem contra outras mulheres. Exemplos de mulheres que não se coadunam com a lógica feminista, por tais motivos, geralmente são mulheres que não são brancas, heteroafetivas ou de determinados acessos a privilégios. Esses motivos são verificados desde quando se percebeu a titulação "feministas" nos movimentos políticos brasileiros. Na obra *Uma história do feminismo no Brasil*, a autora Céli Pinto apresenta a pluralidade de objetivos e ações do feminismo no Brasil., as manifestações e as pretensões do feminismo brasileiro, apresentando-o em dois momentos: do final do século XIX até 1932 e do feminismo pós-1968.

No primeiro momento, do final do século XIX até 1932, Céli Pinto destaca a busca por cidadania e por participação política, em que destaca o movimento sufragista liderado por Bertha Lutz, que fora chamado de feminismo "bem comportado", considerando o caráter conservador desse movimento, que somente reivindicava igualdade de participação, sem questionar opressões contra mulheres. Assim, não havia questionamento sobre alteração das relações de gênero, o que foi apontado por Maria Lacerda de Moura.

Após essa época, Céli Pinto aponta o fortalecimento de um feminismo "malcomportado", reunindo mulheres na luta pela participação política, pelo direito à educação e a luta também contra dominação masculina, relacionando a sexualidade e o divórcio. Na sequência, "o menos comportado dos feminismos", foi um movimento com a liderança de Maria Lacerda de Moura: dizia-se feminista, mas acabou por criticar o movimento afirmando que ele perdeu seu sentido de luta e por se tornar uma espécie de modismo, restringindo-se em uma luta por votos e um aparecimento por caridade (1928). Em seguida, Céli Pinto destaca que houve um refluxo do movimento das mulheres, por conta do golpe de 1937. As ações políticas passaram a ser circunstanciais.

Com a Ditadura, a Autora observa um novo feminismo advindo do regime totalitário, especialmente com apoio e inspiração externas, na Europa e nos Estados Unidos. Destacam-se, no período:

- a) Em 1972: "ocorrem eventos que apontam para a história e as contradições do feminismo no Brasil: o congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, liderado pela advogada Romy Medeiros, e as primeiras reuniões de grupos de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro, de caráter quase privado, o que seria uma marca do novo feminismo no Brasil" (OTTO, 2004);
- b) 1975: "destaca-se ainda o Ano Internacional da Mulher [...] decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU)" (OTTO, 2004); e
- c) 1975: "evento organizado para comemorar o Ano Internacional, realizado no Rio de Janeiro sob o título "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira", e com a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira. Esse evento foi organizado com base em dois grupos informais e isso é particularmente importante, pois, além de informais, esses grupos tinham caráter privado, quase de um encontro de amigas. [...] Esse evento suscitou resistências por parte dos poderes constituídos conforme o atesta o depoimento de uma das organizadoras: "inventamos o nome pomposo de 'Pesquisas sobre o papel e o comportamento da mulher brasileira' para não usar o termo 'feminista', que assustava as pessoas" (PINTO, 2003, p. 57)" (OTTO, 2004).

Na redemocratização, na década de 1980, Céli Pinto narra os seguintes fenômenos importantes: (a) apoio de partidos políticos às questões das mulheres; (b) aparecimento de grupos de estudos no espaço acadêmico; (c) a criação das delegacias especializadas para proteção das mulheres (1985); e (d) implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), pelo Ministério da Saúde, que envolvia três temas: planejamento familiar, sexualidade e aborto. Destacamos, aqui, ainda, a importância no Lobby do Batom para a positivação de direitos das mulheres na Constituição de 1988. A partir da década de 90, a autora Céli Pinto aponta para o surgimento de ONGs com a pretensão de fortalecer os movimentos das mulheres, relacionando-se ou não diretamente com o Estado.

Atualmente, destacam-se as movimentações pelo meio digital, com as *hashtags* de conexões de relatos de denúncia, e a participação política das mulheres por meio de mandatos coletivos. Desse panorama, é importante o destaque a discursos pretensamente feministas, que se movimentam nas ações das mulheres e teoricamente em seu benefício, mas que apresentam cumplicidade com diversas formas de opressão. O Autor João Manuel de Oliveira, no artigo "A necropolítica e as sombras na teoria feminista" (2014), "localiza historicamente esses modelos [que apresentam a cumplicidade], com a preocupação reflexiva e crítica de questionar a cumplicidade de algumas propostas feministas com projetos necropolíticos, neoliberais e coloniais". A ideia é que entender os espaços excludentes possam dar imaginação à criação de outros "modelos feministas hifenizados com perspectivas antirracistas, anticoloniais e que

recusam o neoliberalismo, como maneira de repensar algumas epistemologias feministas". Assim:

Spivak (1993) dá-nos um espelho dos feminismos salvíficos e missionários que pretendem espalhar a boa nova da libertação das mulheres por todo o mundo sem ter em conta o contexto e o privilégio de quem pode falar, sem pretender sequer falar para estes sujeitos, destinadas a serem salvas para grande descarga de consciência de algum feminismo liberal ocidental (nem que para isso uma guerra tenha matado muitas das que se destinava a libertar). Entendamos, pois, a nossa posicionalidade e a deste Ocidente, bem como a de um feminismo que precisa, antes de salvar, de entender a sua cumplicidade com uma série de outros sistemas políticos (OLIVEIRA, 2014, p. 79).

4. CONSIDERAÇÕES E CONEXÕES

Pensar a Política do Cotidiano é refletir sobre a conexão da própria condição fundante da nossa vida: a interação entre as pessoas, cuja forma, a partir da intersubjetividade, nos confere uma compreensão de si e do outro e legitima diversas cristalizações de modos de convivência, tanto sociais, quanto institucionais.

A compreensão de como a Política do Cotidiano interfere em nossas vidas, especialmente das mulheres, é compreender que somos lidas a partir das outras pessoas, que acessam um conhecimento compartilhado coletivamente para a interação social. Esse conhecimento compartilhado, oriundo de relações familiares, comunitárias, com o Estado etc., por muitas vezes, cristaliza formas de violências cuja naturalização precisa ser vista e questionada. Questionamentos sobre as violências naturalizadas e propostas de ações para a implantação de um plano antidiscriminatório e não-violento pode ser feito pelas vias institucionais do Estado. Mas não só. O combate às violências de toda ordem pode e deve ser feito micropoliticamente, em reconhecimento da vida no presente e em sua potência criativa. Para isso são necessários despertares constantes das diversas camadas de dessensibilização que alguns processos de subjetivação nos impõem. É um processo, portanto, de revisitação dos sentidos de vidas que se apresentam como violentos, de formações profissionais que são excludentes, de práticas políticas que não condizem com a defesa de vida.

Contempla-se como viável à democracia que pretendemos, portanto, um movimento de mulheres que se recusa a ser manobra de necropolíticas, racismo, colonialismo, LGBTfobias, distanciando-se das múltiplas formas de produção de violências.

5. SUGESTÕES PARA APROFUNDAMENTO

Documentário Vida Activa: O Espírito de Hannah Arendt
Disponível Youtube: <https://youtu.be/Py8-k7FJ3N8>

Documentário Sobre a Violência: Os Condenados da Terra (Frantz Fanon)
Disponível Facebook:
<https://www.facebook.com/watch/?v=616016022416743>

Aulas sobre Revolução do Haiti (1791-1804) e o Direito
ALMEIDA, Silvio Luiz de; VELLOZO, Júlio César
Disponível Youtube: <https://youtu.be/IE3XwAOZy24>

Documentário Guerras do Brasil.doc
Disponível Youtube
Ep. 1 – Indígenas - <https://youtu.be/VeMISgnVDZ4>
Ep. 2 – As Guerras de Palmares – <https://youtu.be/ABO5XI4GZhM>
Ep. 3 – As Guerras do Paraguai - <https://youtu.be/OW06VsXtPSw>
Ep. 4 – A Revolução de 1930 - <https://youtu.be/zWihOzI1J1k>
Ep. 5 – Universidade do Crime - https://youtu.be/cXCf_U-PaOU

Documentário Amarelo
Disponível Netflix

Documentário *She's beautiful when she's angry*
Disponível Netflix

Documentário Libertem Angela Davis
Disponível Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=MbnurdyhqDQ>

Documentário Babás
Disponível Youtube: https://youtu.be/JTlfgGr_Y3Q

Série Pose
Disponível Netflix

Documentário Índio Cidadão?
Disponível Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=Ti1q9-eWtc8>

PENSANDO JUNTAS

Destaques e anotações sobre as aulas da Prof^a Grazielly, elaborados pelas gestoras da Escola do Legislativo Laura Josani Andrade Correa e Aline Covolo Ravara.

Após um panorama sobre o envolvimento da mulher na política como um rompimento de paradigmas, tema trabalhado pela professora Melissa Figueiredo, seguimos na construção coletiva do conhecimento com a Professora Grazielly que trouxe a presença da política no cotidiano ressaltando que podemos ter estreita ligação com a política sem que necessariamente estejamos filiadas a um partido. É importante frisar essa tarefa de agir e pensar através da política sem que haja essa vinculação partidária. E precisamente: o pessoal é político e o político é pessoal!

Para cumprir essa iniciativa, informou que realiza sua exposição a partir do contraponto. Ela cita que algumas docentes pontuaram, durante o planejamento deste curso, o sonho de que, no futuro, ele seja desnecessário, por almejarem que as mulheres passem a ocupar vários lugares na política. Entretanto, a palestrante aponta sua discordância, ressaltando que o debate permanente alimenta a política. E destaca que a divergência civilizada é fundamental para a democracia e que, por sua vez, o direito é um produto da política.

Mesmo que a metodologia esteja pautada pela corrente filosófica da dialética, a palestrante oferece às participantes do curso um fio condutor entre as aulas: as mulheres já nascem passando por dificuldades quando pensamos na questão do nome. Como exemplo, traz o relato da experiência pessoal de ser vítima de discriminação na sua certidão de nascimento. Desse modo, evidencia o despertar para a Política no Cotidiano utilizando, como ilustração, a sua própria história.

A partir desse relato, refletindo sobre as desigualdades e discriminações enfrentadas pelas mulheres dia após dia, fica a pergunta: qual é o respaldo que a sociedade dá para as mulheres participarem das atividades políticas? A união feminina é a resposta, por meio das redes de apoio, integradas pelas Associações de Bairros, Coletivos, Conselhos, Movimentos Sociais e demais agremiações. Ainda que haja essa possibilidade de união, por tamanha empatia com aqueles que nos rodeiam, nós, mulheres, assumimos tarefas que muitas vezes poderiam ser compartilhadas, essa situação, por vezes, se repete

tanto em casa como no trabalho. Os costumes sociais reproduzidos, sem reflexão, impõem que os cuidados são práticas que cabem às mulheres. São comportamentos estimulados a partir das brincadeiras infantis, como as meninas que cuidam das bonecas, ou dos irmãos, como se fossem filhos. Desse modo, a carga diária de tarefas é muito grande. E, assim, acabamos nos tornando as ‘ajudantes dos homens’, ao invés de dividirmos o fardo das atividades e trabalharmos em conjunto para o bem de todos.

Mas, como pensar em ações para que as mulheres deixem de ser as “tarefeiras” dos homens? Primeiramente, prezar pelas práticas não violentas. É o afeto e a união femininas que motivam as mudanças. É justamente a soma do afeto com a política que pode trazer a transformação social pelas mãos das mulheres.

Mesmo com tantas reflexões sobre a dura realidade das brasileiras, atravessada por preconceitos e injustiças, tivemos um sopro de esperança com a presença de uma vereadora catarinense, que participou da nossa aula trazendo registros de iniciativas concretas para a causa feminina.

A Professora encerra sua participação no curso ressaltando a visão de três autoras mulheres: Hannah Arendt, Chantal Mouffe e Suely Rolnik, que trazem visões diferentes e complementares da política. Depois, passa pela história do feminismo no Brasil, apontando algumas conquistas das variadas vertentes do movimento. Destaca, ainda, os efeitos da pandemia nos coletivos engajados na busca por melhorias das condições ligadas ao gênero, à raça e à classe na atualidade.

Por último, ela faz uma importante ressalva sobre a tarefa das mulheres no século XXI: desbravar os caminhos dos feminismos que não firam a autonomia das outras participantes do movimento.

Assim, após esse debate que evidencia uma multiplicidade de olhares sobre a presença das mulheres na política. Passaremos aos procedimentos de como viabilizar a participação feminina na política, seja no executivo ou no legislativo, ou ainda, como integrante da equipe das candidatas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. Da Revolução. Trad. Fernando Dídimo Vieira. São Paulo: Editora. Ática, 1988.

_____. Crises da República. Trad. José Volkmann. 2.^a ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

_____. A Condição Humana. Trad. Roberto Raposo. 10.^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. O Que é Política? Trad. Reinaldo Guarany. 6.^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GUATARRI, Felix; ROLNIK, Suely. Cartografias do desejo. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

JOFFILY, Olivia. Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Disponível em <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/3337#preview-link0>

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. Revista de Sociologia Política, Curitiba, nov. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31108.pdf>

_____. Sobre o político. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____. O regresso do político. Tradução Ana Cecília Simões. Lisboa. Ed. Gradiva, 1996.

ROCHA, Rosiene Barros da (2020). A potencialidade do feminismo agonístico. Disponível em: <https://www.filosofas.org/post/a-potencialidade-do-feminismo-agon%C3%ADstico>

ROLNIK, Suely. Esfera da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SOUZA, Sirlei. Ecos de resistência na desconstrução da ordem: uma análise da "Revolução de 64" em Joinville, 1998. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77816>

HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyiné, 2019.

OLIVEIRA, João Manuel de. A necropolítica e as sombras na teoria feminista. Revista ex aequo, n 29, 2014. Disponível em https://pdfs.semanticscholar.org/bd80/65fe410fba83115a26c069663f5ee1dd5546.pdf?_ga=2.204240787.2015524471.1618858627-1964467884.1618858627

OTTO, Clarissa (2004). O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

026X2004000200015

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

TORRES, Ana Paula Repolês. O sentido da política em Hannah Arendt. Trans / Form / Ação, Marília, v. 30, n. 2, pág. 235-246, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732007000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 de abril de 2021.

SOBRE A AUTORA

Doutora em Direito, Política e Sociedade (UFSC). Mestra em Direito, Estado e Sociedade (UFSC). Doutoranda em Psicologia, com ênfase em Psicologia Social Crítica: Subjetividades e Gênero. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Classe Adjunto, atuante no Curso de Graduação em Direito, no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) e no Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito (PPGPD). Fundadora do "Lilith: Núcleo de Pesquisas em Direito e Feminismos" (2016-2021). Coordenadora do Dispolítica: Núcleo de Pesquisas em Direitos, Subjetividades e Política da Universidade Federal de Santa Catarina (CNPq/UFSC). Pesquisadora do Margens (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero) do Departamento de Psicologia da UFSC. Membro da Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero da OAB/SC. Psicanalista em Formação. Pesquisa sobre Gênero e Feminismos, Teorias Jurídicas Feministas, Epistemologia Feminista, Estudos Jurídicos Críticos. Presta consultoria e assessoria jurídica em casos de discriminação.